

RESULTADOS
2025



ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 19 de março de 2026 – A Administração da ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	164.688	134.772
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	5.971.044	5.274.858
Comissões a Receber		523.032	460.389
Tributos a recuperar	5	264.734	589.881
Outros créditos		605	-
Total do circulante		6.924.103	6.459.900
Créditos Tributários	7	537	4.166
Tributos a recuperar	5	258.128	30.693
		258.665	34.859
Imobilizado	8	17.793	6.830
Intangível	9	26.705	-
Total do não circulante		303.163	6.830
Total do ativo		7.227.266	6.501.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		15.159	12.370
Impostos e contribuições sociais	10	545.748	166.181
Salários a pagar		80.323	61.958
Benefícios pós-emprego	18	500	604
Participações de empregados e administradores		311.074	257.633
Dividendos a pagar		491.774	295.467
Adiantamentos recebidos de clientes		-	507.485
Outros passivos		167.047	204.986
Total do circulante		1.611.625	1.506.684
Não circulante			
Benefícios pós-emprego	18	1.080	1.332
Impostos e Contribuições Sociais	10	9.276	1.520
Créditos Tributários	7	-	-
Outros passivos		1.312	1.312
Total do não circulante		11.668	4.164
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	4.109.132	4.109.132
Retenção de lucros		486	486
Reserva de Capital		32.474	8.796
Distribuição de lucros	11.2	1.475.320	886.400
Outros resultados abrangentes	11.3	(13.439)	(14.073)
Total do patrimônio líquido		5.603.973	4.990.741
Total do passivo e patrimônio líquido		7.227.266	6.501.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional	12	4.937.421	5.320.014
Custos de operação	13	(604)	-
Lucro bruto		4.936.817	5.320.014
Despesas gerais e administrativas	13	(2.609.184)	(4.311.975)
Outras receitas		-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.327.633	1.008.039
Receita Financeira	14	700.409	719.322
Despesa Financeira	14	(32.801)	38.367
Receitas financeiras líquidas		667.608	757.689
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.995.241	1.765.728
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.024.845)	(621.591)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(3.302)	37.730
Lucro líquido do exercício		1.967.094	1.181.867
Lucro líquido básico e diluído por cota - R\$		0,68	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
 (Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício	17	1.967.094	1.181.867
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	11.3	634	1.953
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		1.967.728	1.183.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	Capital	Outras reservas de capital	Reserva de Retenção de lucros	Distribuição de Lucros adicionais Propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		4.109.132	-	486	3.096.514	-	(16.026)	7.190.106
Pagamento de lucros adicionais		-	-	-	(3.096.514)	-	-	(3.096.514)
Programa de remuneração variável (ILP)		-	8.796	-	-	-	-	8.796
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.181.867	-	1.181.867
Proposta de distribuição do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	11.2	-	-	-	-	(295.467)	-	(295.467)
Distribuição de lucros adicionais - propostos	11.2	-	-	-	886.400	(886.400)	-	-
Ganho e perda atuarial - benefício pós emprego	11.3	-	-	-	-	-	2.959	2.959
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	11.3	-	-	-	-	-	(1.006)	(1.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.109.132	8.796	486	886.400	-	(14.073)	4.990.741
Pagamento de lucros adicionais		-	-	-	(886.400)	-	-	(886.400)
Programa de remuneração variável (ILP)		-	23.678	-	-	-	-	23.678
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.967.094	-	1.967.094
Proposta de distribuição do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	11.2	-	-	-	-	(491.774)	-	(491.774)
Distribuição de lucros adicionais - propostos	11.2	-	-	-	1.475.320	(1.475.320)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	-
Ganho e perda atuarial - benefício pós emprego	11.3	-	-	-	-	-	960	960
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	11.3	-	-	-	-	-	(326)	(326)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		4.109.132	32.474	486	1.475.320	-	(13.439)	5.603.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receita de serviços de corretagem	12	5.563.291	6.019.659
Outras receitas			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros	13	54.964	2.247.842
Outros custos operacionais	13	566	797
		55.530	2.248.639
Valor adicionado bruto		5.507.761	3.771.020
Depreciação e amortização	12	-	-
Valor adicionado líquido		5.507.761	3.771.020
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	14	734.566	754.402
		734.566	754.402
Valor adicionado total a distribuir		6.242.327	4.525.422
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		1.805.951	1.450.760
Benefícios		280.415	177.818
FGTS		114.553	92.368
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.930.247	1.516.952
Estaduais		-	1.198
Municipais		111.266	142.826
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	32.801	(38.367)
Remuneração de capitais próprios			
Distribuição de lucros	11.2	491.774	295.467
Distribuição de lucros adicionais	11.2	1.475.320	886.400
		6.242.327	4.525.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA PLANEJAMENTO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	17	1.967.094	1.181.867
Imposto de renda e contribuição social	7	1.028.147	583.861
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		(685.459)	(718.103)
Depreciação	8 e 9	-	-
Programa de remuneração variável - ILP		23.678	8.796
Clientes		(59.769)	
Títulos e Créditos a Receber		(510.359)	552.044
Impostos a recuperar		97.712	(54.815)
Outros créditos		(605)	975
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		2.789	4.314
Tributos e contribuições sociais		(636.876)	(3.559.710)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(645)	1.652.889
Outros passivos		34.471	234.993
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		1.260.178	(112.889)
Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras no mercado de liquidez imediata		(10.727)	(4.556.755)
Aplicações no imobilizado		(37.668)	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento		(48.395)	(4.556.755)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de lucros a distribuir		(1.181.867)	(4.128.686)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimento		(1.181.867)	(4.128.686)
Variação líquida do caixa		29.916	(8.798.330)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	134.772	8.933.102
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	164.688	134.772
Variação líquida do caixa		29.916	(8.798.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Energisa Planejamento e Corretagens de Seguros Ltda (“Empresa”), com sede em Leopoldina, estado de Minas Gerais, é uma sociedade empresarial de responsabilidade limitada cujo objetivo social principal é a corretagem de seguros nos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários, saúde e de consultoria administrativa, financeira e de mercado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com a IFRS *Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I - Nota explicativa nº 7 – Créditos tributários, imposto diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II - Nota explicativa nº 8 – Imobilizado; e
- III - Nota explicativa nº 18 – Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros

com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge" eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é

reconhecida na demonstração do resultado exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

- c. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

- d. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- e. Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- f. Distribuição de lucros** - a distribuição de lucros declarados com montantes superiores aos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

g. Benefícios pós-emprego - a Empresa oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. O plano de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões é classificado na modalidade contribuição definida (CD). Nessa modalidade, a Patrocinadora paga as contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados

A Empresa participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

A Empresa concede a seus colaboradores, um prêmio por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;

h. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e

i. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Empresas abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	164.688	134.772
Total circulante	164.688	134.772

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.743	99.902
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	3.168	3.932
Compromissadas	449.069	966.564
Fundo Multimercado	660.720	239.397
Fundo de Renda Fixa	3.164.380	2.617.913
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	732.532	560.372
Letra Financeira (LF)	701.105	589.132
Nota de Crédito (NC)	8.508	12.716
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	113.067	184.930
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	134.752	-
Total Circulante de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5.971.044	5.274.858

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	360.968	443.873
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	83.023	71.709
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	-	104.749
Contribuições ao PIS e ao COFINS	44.526	81
Outros	34.345	162
Total	522.862	620.574
Total circulante	264.734	589.881
Total não circulante	258.128	30.693

6. Transações com partes relacionadas

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Serviços contratados	Fornecedores a pagar
ESA ⁽¹⁾	(31.625)	(10.255)
2025	(31.625)	(10.255)
2024	(33.381)	(11.585)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Remuneração dos administradores:

	2025	2024
Remuneração Anual ⁽¹⁾	742.670	247.079
Remuneração da Diretoria	496.240	426.820
Outros Benefícios ⁽²⁾	265.970	287.730

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovado em reunião de sócios realizada em 02 de maio de 2025.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2025 foram de R\$26.878 e R\$10.981 (R\$25.120 e R\$9.663 em 2024) respectivamente. A remuneração média em 2025 foi de R\$18.930 (R\$17.391 em 2024).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units*

da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de dois programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) o 7º Programa, que se divide em dois, sendo 2 de *Restricted Shares (Matching)* e um de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (ii) 8º Programa, que se divide em 2, sendo um de *Restricted Shares (Matching)* e um de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Soares)	8º programa (Restricted Shares)	8º programa (Performance Shares)
Método de Cálculo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo
Total de opções de ações (<i>units</i>) outorgadas	436	436	539	539
Opções de ações prescritas	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025
Data de início <i>vesting</i>	18/05/2024	09/05/2024	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	10,97%	N/A	13,47%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	DI1J2027	N/A	DI1J2028
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	27,28%	N/A	26,73%
Valor justo na data da outorga	46,79	48,56	45,05	41,38
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata *temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No exercício de 2025 foram reconhecidos R\$23.678 (R\$8.796 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção

de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – Programa de remuneração variável – ILP. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 monta em R\$32.474 (R\$8.796 em 2024).

7. Créditos tributários, imposto diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	395	3.063
Contribuição social	142	1.103
Total – ativo não circulante	537	4.166
Passivo		
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	537	4.166

As diferenças temporárias são como seguem:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/passivo				
Provisão ajuste atuarial	1.580	537	1.936	658
Outras adições temporárias	-	-	10.317	3.508
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	1.580	537	12.253	4.166

Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriados no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.995.241	1.765.728
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas:	(1.018.382)	(600.347)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(38.206)	(29.287)
Créditos tributários constituídos no exercício	-	33.832
Outros ajustes	28.441	11.941
Imposto de renda e contribuição social	(1.028.147)	(583.861)
Alíquota efetiva	34,33%	33,07%

8. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço				
Custo				
Máquinas e equipamentos	120.365	-	10.890	131.255
Móveis e utensílios	11.285	-	-	11.285
Total do Imobilizado em serviço	131.650	-	10.890	142.540
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(120.365)	-	-	(120.365)
Móveis e utensílios	(11.285)	-	-	(11.285)
Total Depreciação acumulada	(131.650)	-	-	(131.650)
Subtotal Imobilizado	-	-	10.890	10.890
Em Curso	6.830	10.963	(10.890)	6.903
Total do Imobilizado	6.830	10.963	-	17.793

	Saldos 2023	Saldos 2024
Imobilizado em serviço		
Custo		
Máquinas e equipamentos	120.365	120.365
Móveis e utensílios	11.285	11.285
Total do Imobilizado em serviço	131.650	131.650
Depreciação acumulada		
Máquinas e equipamentos	(120.365)	(120.365)
Móveis e utensílios	(11.285)	(11.285)
Total Depreciação acumulada	(131.650)	(131.650)
Subtotal Imobilizado	-	-
Em Curso	6.830	6.830
Total do Imobilizado	6.830	6.830

9. Intangível- Softwares

	Saldos em 2024	Adição	Saldos em 2025
Em serviço			
Custo	5.619	-	5.619
Amortização acumulada	(5.619)	-	(5.619)
Em curso	-	26.705	26.705
Total de Intangível - softwares	-	26.705	26.705

10. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto sobre Serviços - ISS	29.310	11.269
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	61
Encargos Sociais	106.250	87.321
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	235.437	-
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	74.081	9.474
Contribuições ao PIS e a COFINS	71.160	32.723
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	400	436
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	38.386	26.417
Total	555.024	167.701
Total circulante	545.748	166.181
Total não circulante	9.276	1.520

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado por cotistas residentes no país, é de R\$4.109.132 (R\$4.109.132 em 2024), dividido em 2.893.755 (2.893.755 em 2024) cotas.

11.2. Distribuição de Lucros

O contrato social da Empresa prevê que a destinação do resultado do exercício seguirá as normas da lei das sociedades por ação.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.967.094	1.181.867
Lucro líquido ajustado	1.967.094	1.181.867
Lucros mínimos obrigatórios (25%)	491.774	295.467
. Distribuição de lucros adicionais propostos - R\$0,509829198 em 2025 (R\$0,3063148055 em 2024) por quota	1.475.320	886.400
Total de lucros distribuídos	1.967.094	1.181.867
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

11.3. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldo inicial - 2024 e 2023	(14.073)	(16.026)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	960	2.959
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(326)	(1.006)
Saldo final - 2025 e 2024	(13.439)	(14.073)

12. Receita operacional

	2025	2024
Receita de serviços de corretagem	5.563.291	6.019.659
(-) Deduções da receita operacional bruta		
PIS	(91.794)	(99.324)
COFINS	(422.810)	(457.494)
ISS	(111.266)	(142.827)
Receita operacional líquida	4.937.421	5.320.014

13. Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do Serviço		Total	
	Prestados a Terceiros	Despesas operacionais Gerais e administrativas	2025	2024
Pessoal e administradores	-	2.458.054	2.458.054	2.000.645
Programa de remuneração variável - ILP	-	23.678	23.678	8.796
Benefícios pós emprego	604	71.921	72.525	52.697
Material	-	2.805	2.805	2.006
Serviços de terceiros	-	52.159	52.159	2.245.836
Outras	-	567	567	1.995
	604	2.609.184	2.609.788	4.311.975

14. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	685.459	718.103
Tributos s/ receitas financeiras	(34.157)	(35.080)
Outras receitas financeiras	49.107	36.299
Total receita financeira	700.409	719.322
Juros/multa	(19.297)	(750)
Outras despesas financeiras	(13.504)	39.117
Total despesa financeira	(32.801)	38.367
Receitas (despesas) financeiras líquidas	667.608	757.689

15. Cobertura de Seguros

A política de seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Cível Geral	23/06/2027	90.000.000	-	941
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	2.855.694	6.605	4.804
			6.605	5.745

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com fornecedores, a Empresa entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		164.688	164.688	134.772	134.772
		224.457	224.457	134.772	134.772
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		5.971.044	5.971.044	5.274.858	5.274.858
		5.971.044	5.971.044	5.274.858	5.274.858

PASSIVO	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		15.159	15.159	12.370	12.370
		15.159	15.159	12.370	12.370

Em 2025 e 2024, a Empresa não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

17. Lucro por quota

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.967.094	1.181.867
Média ponderada das quotas	2.893.755	2.893.755
Lucro líquido básico e diluído por quota - R\$ ⁽¹⁾	0,68	0,41

⁽¹⁾ A Empresa não possui instrumento diluidor.

18. Benefícios pós-emprego

18.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Empresa é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Empresa no exercício de 2025 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> · Aposentadoria; · Benefício por invalidez; · Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$71.921 (R\$51.550 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	9	7
Total	9	7

18.2. Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. A seguir está demonstrada a posição atuarial:

Reconciliação	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	1.936	3.748
Efeito em ORA	(960)	(2.959)
Efeito no Resultado do Exercício	604	1.147
Posição líquida em 2025 e 2024	1.580	1.936
Circulante	500	604
Não Circulante	1.080	1.332

Demonstração das despesas para o exercício de 2026:

	2026
Custo do serviço corrente	313
Custo dos juros	187
Despesas previstas para o próximo exercício	500

19. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 2025 e 2024 as demonstrações financeiras da Empresa não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

Administração

Leonardo de Castro Berto
Administrador Técnico

Maurício Perez Botelho
Administrador

Roberto Aparecido Brambilla Junior
Administrador

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ: 107.310/0-0